

NARRATIVAS DE UMA PÁTRIA CINDIDA: A REPRESENTAÇÃO FICCIONAL DE ANGOLA PÓS-INDEPENDÊNCIA NOS CONTOS “O ELEVADOR” E “ABEL E CAIM”, DE JOÃO MELO

Fabio Henrique Gonçalves¹

Resumo: Após a independência de Angola em 1975, fortaleceu-se na produção literária daquele país africano o intercâmbio entre criações ficcionais e eventos/configurações históricas. Desde então, a literatura feita em Angola tem trazido reflexões ligadas à nacionalidade, à organização política e à composição étnica e social de seus cidadãos. No livro de contos *Filhos da Pátria* (2008), o escritor João Melo tece narrativas ficcionais que dialogam com o percurso histórico de Angola – especialmente os anos seguintes a sua emancipação do domínio português. A partir dos conceitos de “decolonialidade” e “comunidade imaginada”, o artigo a seguir se concentrará em duas dessas narrativas (“O elevador” e “Abel e Caim”), que ilustram algumas das divisões que marcaram a sociedade angolana nas primeiras décadas de sua autonomia política.

Palavras-chave: Literatura; História; Angola.

Abstract: After Angola's independence in 1975, the literary production of that African country had strengthened the exchange between fictional creations and historical events and configurations. Since then, literature written in Angola has brought reflections related to nationality, political organization, and the ethnic and social composition of its citizens. In the short stories book *Filhos da Pátria* (2008), its author João Melo weaves fictional narratives that dialogue with Angola's historical path – especially the years following its emancipation from the Portuguese regimen. Based upon the concepts of “decoloniality” and “imagined community”, the following article focuses on two of these narratives (“O Elevador” and “Abel e Caim”), which illustrate some of the divisions that marked the Angolan society in the primary decades of its political autonomy.

Keywords: Literature; History; Angola.

Considerações iniciais

Um traço comum de parte significativa da produção literária em Angola nos últimos cinquenta anos são as representações ficcionais construídas a partir de um período decisivo da história daquele país africano – iniciado, em 1975, com o fim de sua condição de colônia portuguesa. São narrativas que, de alguma forma, trazem tanto propostas de interpretações para

¹ Graduado em Comunicação Social – Jornalismo (UFMA) e História Licenciatura (UEMA). Mestre em História Social (UnB). Atualmente exerce o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: <fabiotapska@gmail.com>.

o passado recente, quanto alternativas de futuro para os cidadãos angolanos. Característica essa que se insere num contexto mais amplo, em que as literaturas africanas de língua portuguesa (também produzidas em países como Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) tiveram participação ativa nas discussões em torno dos caminhos (políticos, sociais, culturais) a serem percorridos por suas regiões de origem e na criação de discursos elaborados pelos próprios africanos sobre suas múltiplas realidades (TUTIKIAN, 2006).

Não seria absurdo ver a produção de muitos ficcionistas angolanos ao longo das últimas cinco décadas (e mesmo antes) como um exercício continuado de representação ficcional de eventos e personagens históricas, ainda que não planejado coletivamente. Narrativas frequentemente substanciadas por reflexões sobre diversos aspectos de Angola: o percurso de suas configurações políticas, o seu entendimento enquanto região autônoma, a formação/consolidação de uma nacionalidade, as divisões que constituíram a guerra civil que eclodiu logo após a independência, as oportunidades alcançadas, mas também as frustrações advindas após o fim de sua subordinação a Portugal.

Neste texto, será dado destaque ao escritor angolano João Melo, que há exatos vinte anos lançou o livro de contos *Filhos da Pátria* – a edição brasileira veio à luz sete anos depois, em 2008. Sob aquele sugestivo título, Melo construiu uma série de personagens em constante diálogo com as realidades apresentadas por Angola no pós-independência, em que frequentemente a euforia e as aspirações nutridas pelos movimentos de libertação deram lugar a frustrações, atualizações de desigualdades e novas modalidades de discordâncias – simbolizadas nos conflitos internos (retóricos e armados) somente suspensos com um acordo de paz assinado em 2002, um ano após a publicação de *Filhos da Pátria*.

A análise estará concentrada em dois contos que, coincidentemente (mas talvez não), são o momento inicial e final daquele livro: “O elevador” e “Abel e Caim”. Em ambos, estão patentes algumas das divisões que durante tanto tempo colocaram em lados opostos aqueles que, no início, partiram de um ponto de consenso: o ideal de liberdade e autodeterminação. As duas narrativas são ainda um bom exemplo dos férteis diálogos que, naquele país africano, tiveram desde muito tempo os fatos históricos e a literatura – em que essa se utilizou de seus artifícios imaginativos para refletir sobre as necessidades e expectativas do

povo angolano, bem como sobre os caminhos a serem trilhados no que se refere a sua organização política e a conceitos como identidade e nacionalidade.

A leitura a ser feita sobre as narrativas escolhidas tem como alicerce duas elaborações conceituais. A primeira delas é a de decolonialidade, que vem conquistando maior projeção desde que, a partir da década de 1990, diversos pesquisadores latino-americanos passaram a refletir mais profundamente sobre questões ligadas à persistência, nos países da América do Sul que foram colônias de impérios europeus, de problemas ligados justamente ao fato de terem sido, no passado, submetidos política, cultural e economicamente (BALLESTRIN, 2013). Esse vínculo estreito com aquela região específica não impede, entretanto, que as contribuições desenvolvidas a partir do conceito de decolonialidade auxiliem na compreensão de realidades que, até pelo passado colonial que marcou tanto o continente americano quanto o africano, tenham se dado, por exemplo, em países como Angola.

Se por um lado não está mais em pauta o tema da descolonização, enquanto anseio por autonomia política; por outro, no tocante especialmente à produção de conhecimento, ao desenvolvimento de epistemologias, à adoção de modelos comportamentais, de posturas entre os indivíduos e também entre esses e os ambientes nos quais estão inseridos, ainda seria muito presente (por vezes hegemônica) a acumulação dos saberes e as formas de classificação e validação dos mesmos a partir de uma lógica identificada por aqueles pesquisadores da decolonialidade como moderna/colonial (MIGNOLO, 2020). Em que medida a independência angolana significou de fato uma ruptura total com as estruturas de dominação próprias do sistema colonial português? Até que ponto as divisões sociais não acabaram por reproduzir, ainda que sobre a base de um país agora autônomo, modelos de existência que pressupunham a divisão da sociedade em grupos com mais ou menos direitos, mais ou menos privilégios? E como esses questionamentos se fazem presente nas representações ficcionais construídas por Melo nos contos aqui selecionados?

Outro conceito a servir como referência nessa proposta de leitura das narrativas de João Melo, intimamente ligado à ideia mais geral de nação, é o de “comunidade imaginária”, desenvolvido por Benedict Anderson (2008), que enfatiza que tanto a nacionalidade como o nacionalismo são resultados de produções culturais específicas. Menos que inventadas, no sentido de um projeto fechado e coerente desde seu início e a serviço de interesses localizados,

as nações seriam imaginadas, compostas que são por uma espécie de legitimidade emocional. Que Angola estava a ser imaginada pelos narradores e pelas personagens de João Melo? E como essa imaginação reagia diante das realidades que eram efetivamente encontradas? Até que ponto, transformados em cidadãos de um país independente, os angolanos representados na ficção de Melo integrariam de fato uma comunidade?

Processos de descolonização e o papel da literatura na reflexão sobre os destinos nacionais

Com mais intensidade a partir de meados do século XX, e podendo ser apontado como um dos reflexos mais significativos do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), processos de descolonização começaram a se suceder em várias regiões do continente africano, com o acirramento das discussões em torno de conceitos como independência e autodeterminação. Movimentos pelo fim do controle de diversas áreas do continente africano pelas nações europeias – realidade que tivera como marco a Conferência de Berlim (1884 e 1885), que realizou a partilha da África entre alguns países europeus – passaram a ser mais atuantes, exercendo pressões e desembocando em conflitos também armados que, paulatinamente, foram se convertendo na criação de regiões independentes. Até o ano de 1962, por exemplo, houve um intenso processo de descolonização, contabilizando-se a independência de 36 países africanos (BALSALOBRE, 2015).

Assim foi também com Angola, então sob o domínio português. É certo que naquela região as ações empreendidas por Portugal nunca primaram exatamente pela constância e regularidade. Os portugueses chegaram ao que mais tarde seria parte do território de Angola em fins do século XV. No início, trataram de promover contatos pacíficos com os chefes locais, conseguindo introduzir o cristianismo e modificar nomes de pessoas e localidades. O território passou gradualmente a ser ocupado pela ação de comerciantes e missionários católicos, assumindo mais tarde, também, contornos militares. Porém, apenas no início do século XX os colonizadores teriam conseguido efetivar o controle sobre o vasto território, sem que isso significasse a extinção de movimentos de resistências entre os angolanos (JOSE, 2008).

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela transição de um regime militar para uma administração mais burocratizada dos territórios coloniais portugueses na África, especialmente Angola e Moçambique.

Dessa forma, cada vez mais se intensificou a ocupação territorial a fim de garantir a soberania lusa, que compreendia essas colônias como parte da nação pluricontinental portuguesa – portanto, entendia-se Angola e Moçambique como “províncias do ultramar”. Parte dessa política de domínio dos territórios africanos, sobejamente marcada por um nacionalismo autoritário, pressupunha destruir o poder dos chefes tradicionais, controlar com eficácia as missões religiosas (em particular as estrangeiras) e desenvolver as “missões civilizadoras laicas de Portugal” (HERNANDEZ, 2005, p. 511 apud BALSALOBRE, 2015, p. 41).

Sendo Angola a colônia mais importante de Portugal, a partir do início dos anos 1950 os movimentos pró-independência passaram por um processo de maior articulação, seja por meio de debates ou da atuação de grupos armados. Em 1956, foi criado o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola); em 1962, a FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola); e, em 1966, a UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola). Esses três grupos teriam participação decisiva na independência de Angola, estendendo sua influência aos anos posteriores (VISENTINI, 2012). A luta a ser travada não seria fácil. Portugal tinha em Angola o símbolo do último rincão de um império colonial que ainda ecoava na cabeça de muitos portugueses como a solidificação do orgulho nacional, de um passado glorioso e empreendedor, de um povo que há séculos dera o pontapé inicial na conquista dos mares, de terras e de gentes então desconhecidas.

Para Portugal, perder Angola era como se despedir do último vínculo a um passado com o qual não se queria desligar. Não à toa, em comparação com outras independências no continente, Angola demonstrou seu caráter tardio (apenas no fim de 1975), devido, em grande parte, às posturas coloniais do Salazarismo – regime autoritário que vigorou na porção lusa da península ibérica por quatro décadas, e que se expressava em frases como: “Portugal, primeiro a chegar, último a sair” (BALSALOBRE, 2015, p. 44). Sacramentada a independência, Angola se viu diante de projetos ideológicos de governo conflitantes, que exprimiam as diferenças entre os principais grupos que sustentaram a separação de Portugal. Essas dissensões se agravaram e levaram Angola a quase trinta anos de guerra civil, com um breve intervalo no início dos anos 1990.

Uma realidade observada nas colônias portuguesas na África foi o desenvolvimento de uma literatura intimamente relacionada a uma reflexão sobre a realidade política, social, étnica e cultural das respectivas regiões. Ficcionistas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, apesar das especificidades de cada um desses lugares, tiveram em comum, e ainda têm, em suas obras, personagens e situações narrativas que remontam, de forma às vezes mais alegórica, às vezes mais direta, a temas como: história pré-colonial, ancestralidade, impactos e consequências da colonização, lutas pela independência, construção de memórias, formação de nacionalidades, identidades locais etc.

Entende-se que seja uma literatura que pode ser dita de resistência, uma espécie de trincheira literária de conscientização, a incentivar que os povos africanos olhem criticamente para si mesmos, para seu passado e para suas possibilidades de futuro. Marcada de modo profundo pela história, “a literatura dos países africanos de língua portuguesa traz a dimensão do passado como uma de suas matrizes de significado” (CHAVES, 2005, p. 45).

A pesquisadora e escritora Jane Tutikian (2006) aponta duas fases distintas dentro das literaturas de língua portuguesa no continente africano: uma fase colonial, exemplificada pela publicação do primeiro livro (*Esportaneidades da minha alma*, poemas do angolano José da Silva Maia Ferreira), em 1849, mas que também abrangeria alguns textos esparsos anteriores; e uma fase após a efetivação dos processos de descolonização, com todas as mudanças históricas e sociais advindas com as independências e que levaram a reflexões também sobre os percalços a serem superados já dentro de uma realidade de autonomia política, em que mitos são resgatados e “constroem-se e destroem-se e reconstroem-se utopias”, buscando soluções para os impasses contemporâneos nas ex-colônias lusófonas (TUTIKIAN, 2006, p. 31).

Muitos escritores africanos tomaram então para si a tarefa de elaborar representações ficcionais sobre a trajetória de seus países e populações, no intuito de refletir e promover explicações que ajudassem a entender como chegaram até ali, quais trajetórias foram seguidas, que opções poderiam ter sido consideradas, os erros a serem evitados, lições a serem aprendidas e quais perspectivas se abririam no futuro.

Como essas nações carecem, ainda, da publicação de uma “grande história” (...) por intermédio da ficção, muitos dos atuais escritores desses países

procuram reescrever suas respectivas nações, efetuando uma revisão crítica do outrora, da história narrada pelos colonizadores, de modo a serem ouvidas vozes que foram abafadas durante séculos. Metaforizando, literariamente, a História, esses romances conseguem, por conseguinte, captar fragmentos históricos ocultos, transfigurando-os por intermédio da criação e da fantasia, cujos limites são mais amplos do que aqueles, em geral, permitidos aos historiadores (SECCO, 2015, p. 70).

Especificamente em Angola, desde meados do século XIX o fazer literário tem apresentado, em menor ou maior constância, algumas dessas características, vinculadas a uma preocupação que alie a dimensão estética dos textos ao seu poder de intervenção na realidade (CHAVES, 2005). Primeiramente na poesia, aquilo que a pesquisadora Rita Chaves chamou de “angolanização” foi se dando de forma mais lenta na prosa. Sendo que as primeiras representações do homem africano ainda se davam de acordo com uma visão portuguesa, colonial. Característica marcante até a década de 1950, em que o angolano é retratado a partir do exotismo, quase como um simples “elemento do cenário”. A insipidez na construção dessas personagens seria sobretudo um reflexo da própria visão que comumente se tinha sobre o homem angolano real, desprovido do direito de falar sobre ele mesmo, de refletir sobre suas dificuldades. Sua inconsistência como “personagem das narrativas” fazia par com sua inconsistência como “personagem de sua história” (CHAVES, 2005, p. 73).

Com o acirramento das reivindicações pela independência de Angola, especialmente a partir do início da década de 1960, temáticas que questionavam a colonização se mostraram cada vez mais presentes nas obras dos escritores angolanos. Esses, frequentemente, na intenção de demarcar uma diferença baseada em grande parte na valorização dos saberes, costumes e tradições locais, voltam seus olhares a um passado pré-colonial, a um tempo em que, ainda livres do jugo português, teriam desenvolvido plenamente suas capacidades. E, tendo esse passado, real ou idealizado, como referência, ter-se-ia a possibilidade de, numa Angola independente, realizar todas as suas potencialidades¹.

O atrelamento da produção ficcional angolana com as discussões históricas é tão forte que, efetivada a independência em meados dos anos 1970, é estabelecida a União dos

¹ Uma curiosidade é que os primeiros escritores angolanos a veicular em suas obras temas mais ligados a investigações históricas e a problemas políticos e sociais foram fortemente influenciados por autores brasileiros, especialmente aqueles que faziam parte do que se convencionou chamar modernismo regionalista: Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, entre outros (CHAVES, 2005).

Escritores Angolanos, cujo documento de criação, assinado por seus membros fundadores, trouxe a seguinte proposição:

A história de nossa literatura é testemunho de geração de escritores que souberam, na sua época, dinamizar o processo de nossa libertação exprimindo os anseios profundos de nosso povo, particularmente o das camadas mais exploradas. A literatura angolana surge assim não como simples necessidade estética, mas com arma de combate pela afirmação do homem angolano (CHAVES, 2005, p. 70).

São escritores que, ainda que tenham em suas obras particularidades quanto a estilos e temáticas, tiveram em comum a adesão a uma instituição criada num momento ímpar de Angola, como resposta às demandas daquele momento. Tratava-se originalmente de um grupo que assumia o compromisso de, por meio de sua produção intelectual, destacando-se o pensamento imaginativo da ficção, contribuir para a reflexão sobre o que significava ser angolano e os caminhos que o país recém-criado deveria percorrer na consolidação de sua autonomia.

Narrativas ficcionais que, se obviamente não podem ser tomadas como documento histórico que esclareça o que de fato aconteceu nos períodos nela retratados (aliás, texto algum teria, por si só, essa capacidade), podem dizer muito sobre a forma como aqueles fatos foram percebidos, interpretados e representados literariamente por seus autores. Nas palavras de Sandra Pesavento (2008, p. 83):

A Literatura é testemunho de si própria, portanto o que conta para o historiador não é o tempo da narrativa, mas sim o da escrita. Ela é tomada a partir do autor e sua época, o que dá pistas sobre a escolha do tema e de seu enredo, tal como sobre o horizonte de expectativas de uma época (...). Quando o texto literário fala do passado, construindo-se como romance histórico (...) o historiador não busca nele a verdade de um outro tempo, vendo no discurso de ficção a possibilidade de acessar o passado, mas a concepção de passado formulada no tempo da escritura.

Trata-se da convicção de que muitos ficcionistas, por meio da construção de suas narrativas, oferecem um testemunho, um olhar – datado historicamente, pois marcado pelo tempo em que foi escrito – permitindo acesso “ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos” (PESAVENTO, 2008, p. 82). Não deixa de ser uma espécie de

postura interdisciplinar que oferece a possibilidade de um encontro fecundo entre a História e a Literatura. Para além das especificidades que marcam cada uma delas, significativas – pois a primeira está restrita a interpretações sustentadas pelos registros dos fatos que se propõe a analisar – ambas lidam com construções de narrativas, com produções de sentido que se valem de personagens, tramas, estruturação de uma sequência temporal de eventos.

No caso de boa parte da literatura africana de língua portuguesa, parece se estabelecer uma dança entre esses dois campos em que a literatura produzida pede o acompanhamento de uma abordagem histórica. Ou, para continuar na metáfora do bailado, em que a história pega na mão da literatura e a conduz, quando seus movimentos, suas evoluções diante do público espectador são ditadas em grande parte por considerações históricas.

No centro de tudo, está uma grande preocupação: perceber na literatura as formas de representação da experiência literária, captando as diferentes formas de ler e escrever as contradições que se inseriram no cotidiano dessas gentes. As marcas, os limites, os dilemas, as contingências de cada tempo e sua superação projetam-se nos textos; nosso desafio é, nos desenhos cifrados, procurar as linhas d'água que os distinguem (CHAVES, 2005, p. 13).

Porém, compete sempre recordar uma recomendação feita por Eliane Brugioni (2019). Pesquisadora das literaturas africanas de língua portuguesa, ela observa a necessidade de constante cuidado para que as afirmações desenvolvidas não se refiram menos aos significados críticos presentes em cada texto literário do que “às expectativas projetadas pelos horizontes de recepção”. Uma ideia inflexível do que devam ser as literaturas africanas, alimentada pelas ponderações históricas que as acompanham de longa data, pode deixar o pesquisador refém de uma “dimensão alegórica” que muitas vezes está mais na sua cabeça do que propriamente nas “agendas – estéticas ou políticas – de quem escreve” (BRUGIONI, 2019, p. 34).

Entre os primeiros escritores a compor a referida União dos Escritores Angolanos estava João Melo. Nascido em Luanda, em 1955, ele chegou a estudar Direito em Angola e em Portugal, mas acabou concluindo o curso de Comunicação Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde realizou um mestrado na mesma área. Como jornalista, ingressou na Rádio Nacional de Angola e em outros veículos de comunicação ligados ao Estado. Passou a publicar contos com mais regularidade a partir dos anos 2000 – até então, sua atividade literária de maior

destaque era a poesia. *Filhos da Pátria*, que reúne dez contos, foi publicado originalmente em 2001. Tratar-se-á mais detidamente agora de duas das narrativas presentes naquele título.

Pátria independente, filhos divididos

Filhos da Pátria tem em suas extremidades (primeiro e último conto) duas narrativas que, a sua maneira, giram em torno de um tema comum: as divisões que se estabeleceram em Angola nos anos seguintes ao processo de independência. Ambas são protagonizadas por grandes amigos que, de alguma forma, tiveram sua relação afetada pelos desdobramentos dos rumos trilhados por aquele país africano após a conquista de sua autonomia política.

No primeiro caso, no conto “O elevador”, acompanha-se a história de Pedro Sanga e Soares Manuel João. Companheiros de armas nas guerras contra o domínio português, os caminhos que eles tomaram após a conquista daquele feito foram marcados, de um lado, até por certa proximidade; já de outro, enveredou por um distanciamento decisivo, baseado numa escolha ética importante e que funcionaria como representação de uma realidade muito comum em Angola nos anos que se seguiram à separação de Portugal. Em comum, ambos assumiram postos na administração pública. Soares Manuel João recebeu um ministério, ainda que, de acordo com reflexão posterior do amigo, soubesse perfeitamente não ter quaisquer qualificações para o cargo. Na ocasião, ele nomeou Pedro Sanga para ocupar o posto de diretor de seu gabinete. Entretanto, a partir dessa acomodação inicial à burocracia estatal, os usos feitos de suas participações na máquina administrativa foram bem diferentes. Nas palavras de Sanga, “ambos tinham combatido contra o *status quo* colonial, mas o novo *status quo* que queriam edificar no país não coincidia” (MELO, 2008, p. 14).

Causava espanto a Pedro Sanga o comportamento de Soares Manuel João, que, nos tempos de combate ao colonialismo português, sempre se mostrara um dos mais enfáticos e radicais, ainda que já ali se indicasse “uma retórica marxista absolutamente vulgar, mal colada a cuspe” (MELO, 2008, p. 15). Sob a denominação de “Angola do futuro”, Soares Manuel João chegara mesmo a projetar a criação de um novo homem, numa nova sociedade, com o objetivo final de “edificar o socialismo científico, o regime mais avançado da história da humanidade,

onde todos os homens são iguais”, sem espaços para desigualdades de ordem econômica ou racial (MELO, 2008, p. 15).

Longe de ser um caso individual, ou de apenas uma estratégia narrativa pontual às personagens por ele criadas nesse conto, João Melo critica aqui um tipo de configuração por ele observada (e por outros escritores seus compatriotas), que marcou Angola nas décadas seguintes ao processo de independência. Uma realidade em que os ideais de justiça e igualdade, se não foram completamente extintos, tiveram de conviver com posturas cada vez mais preocupadas com temas como o enriquecimento pessoal, a mistura indistinta entre público e privado, o beneficiamento de amigos e parentes e o aparelhamento do Estado não a partir de critérios técnicos, mas de interesses particulares. O processo de descolonização política não teria sido plenamente acompanhado pela extinção de um modo de pensar colonial, voltado para a manutenção da dicotomia explorados/exploradores, e o papel desse último não seria mais exercido pelo estrangeiro europeu, mas por grupos autóctones.

A colonização no âmbito do saber é produto de um longo processo de colonialidade que continuou reproduzindo as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência, da relação com a natureza, etc. que foram forjadas no período colonial (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2020, p. 09).

Os intelectuais que desenvolvem estudos a partir do conceito de decolonialidade enfatizam que “a lógica e os legados do colonialismo” não acompanham necessariamente a extinção institucionalizada das dependências econômica e política (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 28). Pensando em Angola nas décadas subsequentes à independência, João Melo parece justamente perguntar, em sua construção ficcional, sobre o nível de persistência da lógica da colonialidade. Esse tipo de indagação, tendo em vista a ligação entre criação artística e reflexão histórica, entre imaginação e pensamento crítico, parece ter, para muitos ficcionistas angolanos, dentre eles João Melo, uma presença quase incontornável. As lutas de independência e os anos que a ela se seguiram fazem ressonância à afirmação de que as produções artísticas, a partir de um recorte que contemple o pensamento e a postura decolonial

(...) são modos de crítica, autorreflexão e proposição de diferentes maneiras de conceber e viver o tempo, o espaço, a subjetividade e a comunidade, entre

outras áreas. A decolonialidade requer não somente a emergência de uma mente crítica, mas também de sentidos reavivados que objetivem afirmar conexão em um mundo definido por separação. A criação artística decolonial busca manter o corpo e a mente abertos, bem como o sentido aguçado de maneira que melhor possam responder criticamente a algo que objetiva produzir separação ontológica (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 48).

Em “O elevador”, as inquietações de Pedro Sanga são originadas das lembranças da luta armada contra a opressão colonial e dos ideais então defendidos, quando ele se choca com a disparidade entre sua posição, de continuidade na crença àqueles ideais, e a de Soares Manuel João, que abraçou um pragmatismo egoísta, transformando em oportunidades pessoais o que se pensava ser um sonho coletivo. Nas palavras de outro companheiro de armas (simbolicamente conhecido como “Braço do Povo”), enquanto muitos estavam distraídos com a Revolução, “sempre houve alguns, mais vivos do que todos nós, que já se estavam a organizar!...” (MELO, 2008, p. 19). Segundo o narrador do conto:

Com efeito, não é a primeira vez que isso acontece na história da humanidade, nem será a última. Se observarmos bem, todos os dias nos deparamos com uma quantidade considerável de radicais que, na prática, renega as suas próprias teses ou então – o que constitui o outro lado da moeda – passa a defender com o mesmo radicalismo teses diametralmente opostas (MELO, 2008, p. 17).

“O elevador” é todo estruturado na denúncia dos caminhos escolhidos por Soares Manuel João. Enquanto recorda os fatos do passado que os envolveram, antes e depois do processo de independência, Pedro Sanga está dentro, justamente, de um elevador que, em ascensão, o leva ao encontro do antigo companheiro de armas – no topo de um moderno edifício da capital angolana, onde Soares Manuel João mantém seu escritório. A distância entre ambos fica também marcada, assim, por essa diferença de posição arquitetônica. O elevador surge como um veículo ocupado por uma pessoa que, numa posição de subalternidade, estaria a subir para servir a um senhor.

Revela-se então o motivo da ida, no tempo presente do conto, de Pedro Sanga ao escritório de Soares Manuel João: ele responderia a uma oferta de propina feita pelo antigo companheiro. Pedro Sanga pondera sua trajetória e convicções pessoais, a realidade de boa

parte da burocracia estatal angolana e as pressões familiares. Ao chegar a seu destino, atira à cara de Soares Manuel João a resposta àquilo que lhe fora sugerido. Esse último exclama surpreso: “Trinta por cento? Caralho!, Sanga, ainda há dias me dizias que não eras desses e agora queres trinta por cento!?!... Aprendeste rápido, hein!?! Vá lá, vinte por cento e fechamos o negócio...” (MELO, 2008, p. 25).

Num murmúrio, entre acanhado e constrangido, Pedro Sanga só consegue dizer: “Feito!”. Esse desfecho, marcado pela inversão das expectativas construídas ao longo da narrativa, revela um autor insatisfeito com os rumos tomados pelo processo revolucionário nas décadas que se seguiram à independência de Angola, em que os projetos coletivos foram, frequentemente, negligenciados em nome de ambições individuais. Aqui, temos dois companheiros que iniciam uma trajetória comum, separam-se, mas que ao final se encontram num mesmo lugar: o da corrupção. O tom é de desencanto, de extinção das ilusões, de fim de uma geração da utopia – para utilizar a expressão consagrada num romance de outro escritor angolano².

Porém, em *Filhos da Pátria* essa atmosfera é substituída, ou pelo menos amenizada, por “Abel e Caim”, conto que, talvez para sugerir uma expectativa por mudanças e a crença num futuro próspero, encerra o livro. A troca na menção a essas personagens bíblicas (o comum é dizer “Caim e Abel”) parece obedecer a uma estratégia logo explicitada pelo narrador no início do conto:

(...) o meu plano é recusar-me até ao fim a identificar qual das duas personagens principais desta estória deverá atender pelo santo (alegadamente) nome de Abel e qual delas deverá ser inapelavelmente execrada com o ignominioso rótulo de Caim. Oxalá, portanto, consiga eu resistir aos terríveis encantos da simplificação e do maniqueísmo, não deixando jamais de ter presente, como diz o outro, quem quer que ele seja, que entre o preto e o branco, afinal, existem várias tonalidades de cinzento (MELO, 2008, p. 157).

“Abel e Caim” é protagonizado (assim como “O elevador”) por dois amigos: Miguel Ximutu e Adalberto Chicolomuenho. O narrador explica que a identificação entre eles e os irmãos da narrativa bíblica deve-se ao fato de que, mesmo após a consolidação formal da independência de Angola, em novembro de 1975, o país nunca deixou de estar em conflito –

² Vide, PEPETELA. *A Geração da Utopia*. Alfragide: Leya, 2017.

referência à guerra civil, em que se viu “angolanos matando angolanos, tal como na parábola bíblica (...), mas numa escala muito mais massiva e sangrenta” (MELO, 2008, p. 160).

Amigos inseparáveis, Miguel e Adalberto acalentaram sonhos em comum que incluíam não apenas o futuro deles próprios, mas também o do país. Uma amizade que, como muitas, foi se construindo de modo corriqueiro e nada fora da realidade. Mas cuja dissolução, em se tratando especificamente de Angola, também não fugia da normalidade, pois basta uma “olhadela displicente à nossa volta, a fim de verificar o que se passa com os nossos amigos, parentes e conhecidos” (MELO, 2008, p. 163). Isso porque Miguel e Adalberto romperam completamente suas relações assim que se consolidaram os movimentos de libertação de Angola, apesar de ambos terem nutrido o mesmo objetivo final (a independência).

Enquanto Adalberto cerrou fileiras com o MPLA, composto majoritariamente por negros, com um direcionamento mais à esquerda e que acabou por prevalecer na formação do governo pós-independência, Miguel aderiu à UNITA, que defendia abertamente um sistema capitalista, com apoio dos Estados Unidos e da África do Sul – promotora, àquela época, do regime de *apartheid*, que segregava os negros de várias instâncias políticas e sociais. A animosidade entre eles passou a se manifestar por meio de trocas de ofensas e até mesmo em ameaças de morte. “Abel e Caim” pode ser lido como um conto que examina os discursos construídos em torno do que comporia o Estado angolano e os membros de sua comunidade nacional. Uma narrativa ficcional que, tomando por base o percurso histórico do país, reflete (tanto no sentido de espelhamento quanto de questionamento) as convenções em torno da “identidade angolana”.

Havia substância para acreditar que Angola teria as condições necessárias para se apresentar e se sustentar enquanto nação? Segundo Anderson (2008, p. 32), ainda que os membros de uma nação jamais ouçam falar da maioria das pessoas com as quais compartilhem sua nacionalidade, há uma “imagem viva da comunhão entre eles”. Sentimento que ultrapassaria até mesmo as situações de desigualdade e de exploração que viessem a ser a rotina de determinado território nacional. Em “Abel e Caim”, a impressão é que João Melo, observando o passado recente de Angola, tenta entender como algo identificado com sentimento nacional se relacionaria às diferenças (étnicas, culturais, políticas, econômicas) presentes na sociedade angolana. Contudo, seu posicionamento se encaminha mais na direção de um

consenso a ser erigido em torno do conceito tradicional de nação, e não, por exemplo, numa possível refutação completa de sua aplicabilidade no contexto angolano. De certa forma, faz coro à outra afirmação de Anderson (2008, p. 30) quando esse, mesmo identificando um espaço e uma data precisos para o início do constructo denominado “nação” (Europa, século XVIII), observa que

(...) esses produtos se tornaram “modulares”, capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas.

Em “Abel e Caim”, passou um quarto de século até o dia em que, no funeral de um colega em comum, e talvez já “cansados demais (...) por se terem odiado tanto” (MELO, 2008, p. 166), Miguel e Adalberto dirigiram-se um para o outro, abraçando-se efusivamente, como se isso tivesse a capacidade de ressuscitar a amizade e enterrar todo o ódio alimentado em tão largo tempo. Pela indicação dada – vinte e cinco anos de ruptura na amizade – essa reconciliação aconteceu por volta do ano de 2000, mesma época em que João Melo estava envolvido na produção de *Filhos da Pátria*, lançado no ano seguinte, e bem próximo do acordo de paz que pôs fim à guerra civil angolana, assinado em 2002.

O narrador de “Abel e Caim” indica que aquela é uma situação de dupla incógnita narrativa: tanto das personagens (a velha amizade tem mesmo condições de renascer?) quanto do país para o qual elas servem de metáfora (Angola é mesmo viável?). Tem-se a impressão de que Melo não somente deixa à imaginação dos leitores o desfecho daquele enredo, como também sugere que fica aos esforços dos cidadãos e cidadãs angolanas a responsabilidade de (re) construir a nação que tantos lutaram para ver criada:

Resta-me, portanto e – confesso – muito convenientemente, sugerir aos leitores que, se acharem que tal vale a pena, resolvam com a própria cabeça como deverá acabar a estória [ou história?] de Abel e Caim [ou Caim e Abel, como decidirem] (MELO, 2008, p. 167).

Considerações finais

Os contos de abertura (“O elevador”) e encerramento (“Abel e Caim”) do livro *Filhos da Pátria*, do escritor angolano João Melo, podem ser interpretados como narrativas ficcionais que propõem reflexões sobre Angola nos seus primeiros vinte e cinco anos enquanto região autônoma, após séculos de colonização portuguesa. A independência daquele país logo foi seguida por um período de guerra civil, opondo grupos com visões distintas sobre o seu futuro político e econômico.

Somando-se à denúncia de parte da realidade que se configurou em Angola no pós-independência, os dois contos têm em comum a expressão de uma espécie de cansaço generalizado: dos atos de corrupção, das promessas não cumpridas, da permanência das profundas desigualdades e das lógicas de exploração – que não foram extintas com o fim da colonização portuguesa. Ainda assim há, na narrativa que sugestivamente encerra o livro, um voto de esperança no futuro que poderia se descortinar a partir do fim das violências mútuas.

O chamamento é pela compreensão e aceitação das diferenças. Um entendimento que de certo modo se coaduna com o que afirmou Néstor Canclini (2008, p. 131), ao enfatizar que as nações não se limitam a ser territórios espacialmente delimitados com uma cultura específica (“línguas, objetos, costumes”), convertendo-se antes em “cenários multideterminados, onde diversos sistemas culturais se interpenetram e se cruzam”. O autor de *Filhos da Pátria*, ao pensar a realidade de Angola, parece elaborar a mensagem de que a identidade nacional se faz menos como exibição de uma diferença do que como resultado de uma hibridização. Nesse sentido, sua proposta corresponde a um olhar decolonial, ainda que não seja possível afirmar que esse conceito estivesse entre as referências de João Melo ao escrever seus textos. Afinal, decolonialidade se refere ao estímulo a um pensamento crítico que se estabeleça a partir da clareza dos seus locais de enunciação, da especificidade de sua história e tradições.

Termina-se a leitura com a sensação de que, para João Melo, os “filhos da pátria” devem aprender, sobretudo, a conviver com a possibilidade da contradição e da complexidade, como bem expressam as personagens de “O elevador” e “Abel e Caim”. E que a imaginação/efetivação da comunidade angolana desejada (independente, próspera e justa) decorre de um paciente processo de construção, baseado numa vigilante ponderação sobre as escolhas feitas. Não há respostas fáceis (e não se devem ter ilusões a esse respeito) quando está

em jogo o processo de consolidação tanto de uma nação quanto das identidades que a compõem – e do qual fazem parte, tão intimamente no caso de Angola, as reflexões proporcionadas pelas representações ficcionais de seu percurso histórico.

Referências

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n.11, p. 89-117, mai/ago. 2013.

BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. **Brasil, Moçambique e Angola**: desvendando relações sociolinguísticas pelo prisma das formas de tratamento. 2015. 345 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127872>. Acesso em: 20 de out. 2021.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BRUGIONI, Elena. **Literaturas africanas comparadas**: paradigmas críticos e representações em contraponto. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais de globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique**: experiência colonial e territórios literários. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

JOSE, Joveta. *Angola*: independência, conflito e normalização. In: MACEDO, José Rivair. **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson; *Analítica da colonialidade e da decolonialidade*: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MELO, João. **Filhos da Pátria**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

PEPETELA. **A Geração da Utopia**. Alfragide: Leya, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SECCO, Carmem Lucia Tindó Ribeiro. **Teias e tramas da ficção e da história**: uma das tendências do romance contemporâneo em Angola e Moçambique. *Historiæ*, Rio Grande, v. 6, n. 1, p. 43-72, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5407>. Acesso em: 20 de out. 2021.

TUTIKIAN, Jane. **Velhas identidades novas – o pós-colonialismo e a emergência das nações de Língua Portuguesa**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2006.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.